



Ex.mo Sr. (a)

v/ referência n/ referência M.G. nr. ofício data 11.03.2020
Assunto **Aquisição de serviços – Fornecimento de refeições intermédias em refeitórios escolares**
AJUSTE DIRETO N.º 8/20 – Ao abrigo da subalínea iii), da alínea e), do n.º 1, do artigo
24.º do Código dos Contratos Públicos (CCP)

CONVITE

A Câmara Municipal de Guimarães, adiante designada por “CÂMARA”, por decisão do Sr. Presidente datada de 11/03/20, pretende proceder à adjudicação, da aquisição em epígrafe, a executar de acordo com o caderno de encargos anexos ao presente convite (**Anexo A**).

Para o efeito, convida-se V. Exas. a apresentarem proposta, obedecendo o procedimento adjudicatório aos seguintes termos:

1. CONDIÇÕES DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

1.1. Prazo e entrega das propostas

1.1.1. A proposta deverá ser entregue até às 23:59 horas, do dia 11 de março de 2020.

1.1.2. A entrega da proposta e dos documentos que a acompanham deverá ser realizada exclusivamente de forma eletrónica através da plataforma eletrónica de contratação pública acingov, acessível no sítio eletrónico <http://www.acingov.pt>.

1.1.3. Se a “CÂMARA” entender por conveniente alterar o prazo de apresentação da proposta, comunicará a nova data e/ou hora através da plataforma eletrónica acingov.

1.1.4. Durante o prazo fixado para a entrega da proposta, o interessado deverá, se necessário, inspecionar os locais (Anexos A1 e A1.1 do Caderno de Encargos) da aquisição de serviços e realizar neles os reconhecimentos que entender indispensáveis à elaboração da sua proposta, devendo inteirar-se de todas as condições, nomeadamente das que possam influir

no modo de execução da prestação de serviços e, se a “CÂMARA” assim o entender, será acompanhado por um elemento por esta designado.

- 1.1.5.** O interessado não poderá, em caso algum, invocar a ausência dos aludidos reconhecimentos, para condicionar a apresentação da sua proposta.

1.2. Documentos que instruem a proposta

- 1.2.1.** A proposta deverá ser instruída com os seguintes documentos, **sob pena de exclusão**:

- a) Declaração de acordo com o modelo constante do **Anexo I** do presente convite;
- b) Declaração com indicação do preço contratual, elaborada de acordo com o **Anexo B** do presente convite (ver ponto 1.2.3.);
- c) Apresentação de **documento comprovativo do poder de assinatura de documentos submetidos na plataforma eletrónica**, conforme disposto no n.º 7 do artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto;
- d) Indicação dos técnicos ou órgão técnicos integrados ou não na empresa e, mais especificamente, daqueles que têm a seu cargo o controlo de qualidade, bem como das habilitações literárias e profissionais desses técnicos, especialmente dos afetos ao fornecimento dos bens ou serviços;
- e) Descrição dos métodos adotados pelo concorrente da garantia da qualidade e dos meios de estudo e investigação que utiliza;
- f) Certificado emitido por organismos independentes para certificação da conformidade do prestador de serviços com determinadas normas de garantia de qualidade;
- g) Apresentação de um Plano de Ementas para cinco semanas;
- h) Outros, em conformidade com o solicitado no caderno de encargos, se aplicável.

- 1.2.2.** A Declaração de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, referida na alínea a) do ponto 1.2.1., deverá observar o disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º do Código dos Contratos Públicos.

- 1.2.3.** Na declaração de preço contratual, referida na alínea b) do ponto 1.2.1., o concorrente deve cumprir o disposto no artigo 60.º do Código dos Contratos Públicos. **Para efeitos do preenchimento do Anexo B, nomeadamente no que diz respeito à decomposição do preço unitário da refeição, apenas será aceite a utilização de 2 casas decimais, não podendo ser apresentados valores de 0,00€.**

- 1.2.4.** Nos documentos acima referidos, o concorrente deverá identificar expressa e inequivocamente:

- a) Os termos do suprimento de cada um dos erros ou das omissões aceites nos termos do disposto na alínea b) do n.º 5 do artigo 50.º do Código dos Contratos Públicos, do qual



não pode, em caso algum, resultar a violação de qualquer parâmetro base fixado no caderno de encargos;

b) O valor, incorporado no preço ou preços indicados na proposta, atribuído a cada um dos suprimentos a que se refere a alínea anterior.

1.2.5. O concorrente deverá ainda apresentar, quando aplicável, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 71.º do Código dos Contratos Públicos, documentos que contenham os esclarecimentos justificativos da apresentação de um preço anormalmente baixo.

1.2.6. Sem prejuízo do acima exposto, integrarão também à proposta quaisquer outros documentos que o concorrente apresente por os considerar indispensáveis, nos termos do n.º 3 do artigo 57.º do Código dos Contratos Públicos.

1.2.7. Qualquer classificação de documentos que constituem a proposta deverá ser previamente requerida pelos interessados, nos termos do artigo 66.º do Código dos Contratos Públicos.

1.3. Modo de apresentação dos documentos da proposta

Todos os documentos da proposta têm de ser redigidos em língua portuguesa. Porém, quando pela sua própria natureza ou origem, estiverem redigidos noutra língua, deve o concorrente fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada ou tradução não legalizada mas acompanhada de declaração do Concorrente nos termos da qual este declare aceitar a prevalência dessa tradução não legalizada, para todos e quaisquer efeitos, sobre os respetivos originais.

1.4. Documentos de habilitação a apresentar pelo adjudicatário

1.4.1. No prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da notificação da adjudicação, o Adjudicatário deverá apresentar os seguintes documentos de habilitação:

- a) Declaração conforme o modelo constante do **Anexo II** do presente convite;
- b) Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos;
- c) Certidão de matrícula da empresa emitida pela Conservatória do Registo Comercial ou indicação do código de acesso à Certidão permanente on-line.

1.4.2. Poderá ainda ser solicitado ao Adjudicatário a apresentação de quaisquer documentos comprovativos da titularidade das habilitações legalmente exigidas para a execução das prestações objeto do contrato a celebrar, fixando-lhe prazo para o efeito.

1.5. Modo de apresentação dos documentos de habilitação

- 1.5.1.** Os documentos de habilitação devem ser apresentados através da plataforma eletrónica de contratação atingov, sem prejuízo do disposto nos números seguintes.
- 1.5.2.** Quando o adjudicatário tenha prestado consentimento, nos termos do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 114/2007, de 19 de abril, para que a “CÂMARA” consulte a informação prevista na alínea b) do n.º 1 do artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, é dispensada a sua apresentação ou a indicação referida no número anterior. Para esse efeito, informa-se que o Município de Guimarães tem o NIF 505948605 e o NISS 20009905204, podendo com estes números o concorrente formalizar o consentimento junto da entidade competente para tal. O documento comprovativo do consentimento concedido constitui documento de habilitação a apresentar no âmbito do ponto 1.4.1..
- 1.5.3.** Todos os documentos de habilitação do Adjudicatário têm que ser redigidos em língua portuguesa. Porém, quando pela sua própria natureza ou origem, estiverem redigidos noutra língua, deve o concorrente fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada ou tradução não legalizada mas acompanhada de declaração do concorrente nos termos da qual este declare aceitar a prevalência dessa tradução não legalizada, para todos e quaisquer efeitos, sobre os respetivos originais.

1.6. Negociação

A proposta apresentada, não será objeto de negociação.

1.7. Propostas variantes

Não é admitida a apresentação pelo concorrente de propostas variantes, nos termos do artigo 59.º, do Código dos Contratos Públicos.

1.8. Prazo de validade

A proposta considerar-se-á válida e inalterada em todas as suas condições por um período de 120 (cento e vinte) dias úteis contados desde a data do termo do prazo fixado para a sua apresentação.

2. ABERTURA DA PROPOSTA

A abertura da proposta terá lugar no dia útil imediato à data limite de entrega da proposta e decorrerá em sessão privada.



3. ANÁLISE E EXCLUSÃO DA PROPOSTA

3.1. A proposta será analisada em todos os seus atributos, em conformidade com o solicitado no programa de concurso e caderno de encargos, sendo elaborada uma informação de análise.

3.2. É considerada inaceitável a proposta que:

- a) Não apresente algum dos atributos e essa falta seja considerada essencial para efeitos de avaliação da proposta;
- b) Implique uma impossibilidade de avaliação da mesma em virtude da forma de apresentação de algum dos respetivos atributos;
- c) Implique um preço contratual superior ao preço base fixado no Caderno de Encargos;
Por preço contratual entende-se o preço da proposta, conforme expresso nas declarações exigidas na alínea b) do ponto 1.2.1;
- d) Implique um preço anormalmente baixo, cujos esclarecimentos justificativos não tenham sido apresentados ou considerados nos termos do disposto no artigo 71.º do Código dos Contratos Públicos;
Por preço anormalmente baixo entende-se o preço contratual que for inferior em 50% (cinquenta por cento) ou mais em relação ao preço base fixado no Caderno de Encargos;
- e) Violação, em caso de celebração do contrato, de quaisquer vinculações legais ou regulamentares aplicáveis;
- f) Existência de fortes indícios de atos, acordos, práticas ou informações suscetíveis de falsear as regras da concorrência.
- g) Não apresentem assinatura eletrónica qualificada, conforme previsto no artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.

4. NÃO ADJUDICAÇÃO

A CÂMARA reserva-se o direito de não adjudicação ou anulação do presente procedimento adjudicatório, designadamente por necessidade superveniente de alteração de aspetos fundamentais do Caderno de Encargos ou em função de questões relacionadas com os pressupostos da decisão de contratar.

5. MODALIDADE DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado de acordo com a **Cláusula 9.ª** do Caderno de Encargos.

6. DECISÃO DE ADJUDICAÇÃO

6.1. A decisão de adjudicação será notificada ao adjudicatário, devendo apresentar, no prazo de 10 (dez) dias úteis, os documentos de habilitação exigidos no presente convite.

- 6.2.** É concedido o prazo de 2 dias úteis, para a supressão de irregularidades detetadas nos documentos apresentados que possam levar à caducidade da adjudicação nos termos do disposto no artigo 86.º do Código dos Contratos Públicos.

7. CAUÇÃO

- 7.1.** O adjudicatário deve prestar a caução no valor de 5% do preço contratual, no prazo de 10 dias úteis a contar do prazo notificação de apresentação dos documentos de habilitação, indicado no ponto 1.4.1 e em conformidade com o artigo 90.º do CCP.
- 7.2.** Quando o preço total resultante da proposta adjudicada seja considerado anormalmente baixo, o valor da caução a prestar pelo adjudicatário é de 10% do preço contratual, nos termos do n.º 2 do artigo 89.º do CCP.

8. FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO

- 8.1.** O contrato a celebrar obedecerá ao disposto nos artigos 94.º e seguintes do CCP.
- 8.2.** Concretizados os procedimentos previstos em 6 e aprovada pela CÂMARA a minuta do contrato a celebrar, o Adjudicatário é notificado da mesma, considerando-se esta aceite quando haja declaração expressa nesse sentido ou quando não haja reclamação nos 5 (cinco) dias úteis subsequentes à respetiva notificação.
- 8.3.** A CÂMARA comunicará a data, a hora e o local em que ocorrerá a assinatura do contrato.

9. CADUCIDADE DA ADJUDICAÇÃO

A adjudicação caduca nomeadamente se:

- a)** por facto que lhe seja imputável, o Adjudicatário não apresentar os documentos de habilitação, seguindo-se quanto ao mais o regime previsto nos artigos 86.º e 87.º do Código dos Contratos Públicos;
- b)** por facto que lhe seja imputável, o Adjudicatário não comparecer no dia, hora e local fixados para a outorga do contrato, seguindo-se quanto ao mais o regime previsto no artigo 105.º, n.ºs 1 e 2 do Código dos Contratos Públicos;
- c)** não apresentar quaisquer outros dos documentos referidos no ponto 6 supra.



10. ESCLARECIMENTOS SOBRE O PROCEDIMENTO

Data limite e modo para a solicitação de esclarecimentos

Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação dos elementos expostos, devem ser solicitados, por escrito, pelo concorrente através da plataforma eletrónica acingov, até ao dia anterior ao prazo fixado para apresentação da proposta, em conformidade com o artigo 116.º do Código dos Contratos Públicos.

É aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto no artigo 50.º do Código dos Contratos Públicos, para os esclarecimentos e retificação das peças do procedimento.

11. ESCLARECIMENTOS SOBRE A PROPOSTA

A CÂMARA, poderá solicitar ao concorrente quaisquer esclarecimentos sobre a proposta apresentada que considere necessários para efeito da análise e da avaliação da mesma, aplicando-se, com as necessárias adaptações, o disposto no artigo 72.º do Código dos Contratos Públicos.

12. ENCARGOS DO CONCORRENTE E DO ADJUDICATÁRIO

12.1. São encargos do concorrente, as despesas inerentes à elaboração da proposta.

12.2. São ainda da conta do concorrente Adjudicatário as despesas e encargos inerentes à celebração do contrato.

13. NOTA FINAL

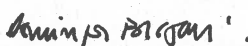
Em tudo aquilo que diga respeito à formação do contrato, o Código dos Contratos Públicos só é aplicável ao presente convite, nos precisos termos das disposições neste expressamente invocadas.

No tocante ao regime substantivo do contrato a celebrar, o mesmo reger-se-á pelo Código dos Contratos Públicos.

De acordo com o ponto 8.4.1 da Norma NP EN ISO 9001, relativa ao Sistema de Gestão da Qualidade, o Município deve assegurar a conformidade dos processos, produtos e serviços de fornecedores externos com os requisitos definidos. Neste sentido, o Município definiu critérios de avaliação e monitorização do desempenho dos fornecedores, nomeadamente quanto ao cumprimento das características técnicas, dos requisitos legais e do prazo de entrega.

Com os melhores cumprimentos.

O Presidente da Câmara Municipal,



(Dr. Domingos Bragança)



ANEXO A1
MAPA DE FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES EM REFEITÓRIOS ESCOLARES (CONFEÇÃO LOCAL)

ESTABELECIMENTOS DE ENSINO	MÉDIA DIÁRIA DE REFEIÇÕES					PREVISÃO FORNECIMENTO		
	PEQUENO-ALMOÇO		LANCHE	REFORÇO ALIMENTAR		PERÍODO DE MARÇO A JULHO (96 dias)		
	JI	EB	EB	JI	EB	PEQUENO-ALMOÇO	LANCHE	REFORÇO ALIMENTAR
EB de Ponte	26	30	100	33	75	5.376	9.600	10.368
EB Cerca Paço - Prazins Sta Eufémia				12				1.152
EB Deserto - Prazins Sto Tirso				9				864
EB Tulha Velha - Corvite				10				960
EB Alto da Bandeira - Creixomil				12				1.152
EB Mascotelos - Mascotelos	2	2	31	12	31	384	2.976	4.128
EB Teixugueiras - Silvares	3	4	12	3	8	672	1.152	1.056
EB Mosteiro - S. Torcato	25	30	47	25	47	5.280	4.512	6.912
EB Vinha - Atães	3	10	39	4	20	1.248	3.744	2.304
EB Bela Vista - Selho S. Lourenço	8	40	34	8	34	4.608	3.264	4.032
EB Outeiro - Serzedo				21				2.016
EB S. Romão - Mesão Frio				23				2.208
EB Cruz de Argola - Mesão Frio				15				1.440
EB de Infantas				14				1.344
EB Soutelo - Pinheiro	2	14	16	7	16	1.536	1.536	2.208
EB Lacete - Tabuadelo	25	23	22	23	22	4.608	2.112	4.320
EB Cruzeiro - Calvos	12	13	12	17	12	2.400	1.152	2.784
EB Agostinho da Silva - Abação	7	18	3	9	3	2.400	288	1.152
EB Ucha de Baixo - S. Faustino	5	13	4	6	4	1.728	384	960
EB Aula - Conde				10				960
EB Carreiro - Lordelo	5	14	15	5	10	1.824	1.440	1.440
EB Monte - Guardizela	7	11	7	8	7	1.728	672	1.440
EB Vermis - Moreira Cónegos	3	14	5	3	5	1.632	480	768
EB Conceição - Fermentões				15				1.440
EB Caneiros - Fermentões	8	8	17	15	15	1.536	1.632	2.880
EB Pinheiral - Caldelas	6	33	38	12	12	3.744	3.648	2.304
EB Charneca - Caldelas				19				1.824
EB Igreja - Sande S. Martinho	10	20	18	10	18	2.880	1.728	2.688
EB Passal - Longos	8	11	20	18	20	1.824	1.920	3.648
EB Vieite - Sande S. Clemente	12	13	12	9	12	2.400	1.152	2.016
EB Agrolongo- Sande S. Lourenço	5	7	6	5	6	1.152	576	1.056
EB de Candoso S. Martinho		11	19		19	1.056	1.824	1.824
EB de Pevidém nº1	5	10	21	4	9	1.440	2.016	1.248
EB Cruzeiro - Gondar	2	5	22	8	8	672	2.112	1.536
EB Eirinha - Serzedelo		20	7		7	1.920	672	672
JI Penela - Souto Sta Maria	10			8		960		768
EB Fafião - Briteiros Sto Estevão	7	5	15	15	15	1.152	1.440	2.880
EB Serrado - Briteiros Sta Leocádia				15				1.440
EB Igreja - Briteiros S. Salvador				25				2.400
EB Paço - Donim				13				1.248
EB Couto - Barco	6	3	40	5	10	864	3.840	1.440



ANEXO A1
MAPA DE FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES EM REFEITÓRIOS ESCOLARES (CONFEÇÃO LOCAL)

ESTABELECIMENTOS DE ENSINO	MÉDIA DIÁRIA DE REFEIÇÕES					PREVISÃO FORNECIMENTO		
	PEQUENO-ALMOÇO		LANCHE	REFORÇO ALIMENTAR		PERÍODO DE MARÇO A JULHO (96 dias)		
	JI	EB	EB	JI	EB	PEQUENO-ALMOÇO	LANCHE	REFORÇO ALIMENTAR
EB Sta Luzia - Azurém				10				960
EB Arrau - Nespereira	20	45	47	4	26	6.240	4.512	2.880
EB de Urgezes	16	28	55	15	15	4.224	5.280	2.880
EB de Polvoreira	16	13	22	28	22	2.784	2.112	4.800
EB de Ronfe	11	30	80	9	25	3.936	7.680	3.264
EB Poças - Airão Sta Maria				12				1.152
JI Roupeire - Airão S. João				7				672
EB S. Roque - Costa				5				480
	275	498	786	575	533	74.208	75.456	106.368



ANEXO A1.1
MAPA DE FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES EM REFEITÓRIOS ESCOLARES
(REFEIÇÕES TRANSPORTADAS)

ESTABELECIMENTOS DE ENSINO	MÉDIA DIÁRIA DE REFEIÇÕES					PREVISÃO FORNECIMENTO		
	PEQUENO-ALMOÇO		LANCHE	REFORÇO ALIMENTAR		PERÍODO DE MARÇO A JULHO (96 dias)		
	JI	EB	EB	JI	EB	PEQUENO-ALMOÇO	LANCHE	REFORÇO ALIMENTAR
EB Oliveira do Castelo*								
EB Selho S. Cristóvão		6	13		13	576	1.248	1.248
JI Penela - Souto Sta Maria*								
EB Penela - Souto Sta Maria		10	25		25	960	2.400	2.400
EB Poças - Airão Sta Maria*								
EB Casais - Brito				20		0	0	1.920
	0	16	38	20	38	1.536	3.648	5.568

*Escola Polo - local de confeção de almoço conforme CP 15/17



ANEXO B
MODELO DE INDICAÇÃO DO PREÇO CONTRATUAL

F..... (indicar nome, estado, profissão e morada, ou firma e sede), com sede em, pessoa coletiva n.º, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de sob o n.º, com o capital social de, obriga-se a executar todos os trabalhos que constituem a aquisição de serviços de fornecimento de refeições intermédias (pequeno-almoço, lanche e reforço alimentar) em refeitórios escolares, constantes dos Anexos A1 e A1.1, em conformidade com o caderno de encargos, pelo preço contratual total de Euros (..... euros) para o período de vigência do contrato de 16 de março a 31 de julho, nos termos do disposto nos artigos 60.º e 97.º do Código dos Contratos Públicos, ao qual acresce o Imposto sobre o Valor Acrescentado, à taxa legal em vigor.

Mais declara que no preço contratual acima indicado estão incluídos todos os suprimentos de erros e omissões que tenham sido identificados e depois aceites pela CÂMARA MUNICIPAL DE GUIMARÃES, nos termos do disposto no art.º 50º do Código dos Contratos Públicos.

Proposta de preços

Preço contratual corresponde ao somatório dos valores totais das alíneas a) a f): _____, ____€ (extenso) + IVA

a) Refeitórios com serviço de pequeno-almoço – confeção local, de acordo com o Anexo A1

Preço total referente ao número total de refeições (pequeno-almoço) previstas no **Anexo A1 (74.208)**: _____, ____€ (extenso) + IVA.

O valor indicado corresponde ao **preço unitário** por refeição de _____, ____€ (extenso), o qual se decompõe como se segue:

Matéria-prima alimentar	_____, ____€
Matéria-prima não alimentar	_____, ____€
Encargos com pessoal	_____, ____€
Encargos gerais	_____, ____€
Lucro	_____, ____€

b) Refeitórios com serviço de lanche – confeção local, de acordo com o Anexo A1

Preço total referente ao número total de refeições (lanche) previstas no **Anexo A1 (75.456)**: _____,___€
(extenso) + IVA.

O valor indicado corresponde ao **preço unitário** por refeição de _____,___€ (extenso), o qual se decompõe
como se segue:

Matéria-prima alimentar	_____€
Matéria-prima não alimentar	_____€
Encargos com pessoal	_____€
Encargos gerais	_____€
Lucro	_____€

c) Refeitórios com serviço de reforço alimentar, de acordo com o Anexo A1

Preço total referente ao número total de refeições (reforço alimentar) previstas no **Anexo A1 (106.368)**:
_____,___€ (extenso) + IVA.

O valor indicado corresponde ao **preço unitário** por refeição de _____,___€ (extenso), o qual se decompõe
como se segue:

Matéria-prima alimentar	_____€
Matéria-prima não alimentar	_____€
Encargos gerais	_____€
Lucro	_____€

d) Refeitórios com serviço de pequeno-almoço transportado, de acordo com o Anexo A1.1

Preço total referente ao número total de refeições (pequeno-almoço transportado) previstas no **Anexo A1.1 (1.536)**: _____,___€ (extenso) + IVA.

O valor indicado corresponde ao **preço unitário** por refeição de _____,___€ (extenso), o qual se decompõe
como se segue:

Matéria-prima alimentar	_____€
Matéria-prima não alimentar	_____€
Encargos com pessoal	_____€
Encargos gerais	_____€
Transporte	_____€
Lucro	_____€

e) Refeitórios com serviço de lanche transportado, de acordo com o Anexo A1.1

Preço total referente ao número total de refeições (lanche transportado) previstas no **Anexo A1.1 (3.648)**:
_____,___€ (extenso) + IVA.



O valor indicado corresponde ao **preço unitário** por refeição de _____, ____ € (extenso), o qual se decompõe como se segue:

Matéria-prima alimentar	_____, ____ €
Matéria-prima não alimentar	_____, ____ €
Encargos com pessoal	_____, ____ €
Encargos gerais	_____, ____ €
Transporte	_____, ____ €
Lucro	_____, ____ €

f) Refeitórios com serviço de reforço alimentar transportado, de acordo com o Anexo A1.1

Preço total referente ao número total de refeições (reforço alimentar transportado) previstas no **Anexo A1.1 (5.568)**: _____, ____ € (extenso) + IVA.

O valor indicado corresponde ao **preço unitário** por refeição de _____, ____ € (extenso), o qual se decompõe como se segue:

Matéria-prima alimentar	_____, ____ €
Matéria-prima não alimentar	_____, ____ €
Transporte	_____, ____ €
Lucro	_____, ____ €

Data...

Assinatura...



ANEXO I

Modelo de declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º ou a subalínea i) da alínea b) e alínea c) do n.º 3 do artigo 256.º -A, conforme aplicável]

1 — ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (i)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa) e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo -quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (ii) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 — Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (iii):

a)...

b)...

3 — Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 — Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 — Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga -se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7 — O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como

membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (iv)].

ⁱ Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

ⁱⁱ No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

ⁱⁱⁱ Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 57.º

^{iv} Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º



ANEXO II

Modelo de declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º]

1 — ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (i)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (ii) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos:

2 — O declarante junta em anexo [ou indica...como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (iii)] os documentos comprovativos de que a sua representada (iv) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (v)].

ⁱ Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

ⁱⁱ No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

ⁱⁱⁱ Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

^{iv} No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

^v Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º